



ANEXO III

MINUTA - CONTRATO TRE-RO N. \_\_\_\_/2020

PROCESSO SEI N. [0002716-74.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_/2020

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO,  
POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
TÁXI AÉREO, TIPO HELICÓPTERO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, em Porto Velho/RO, Telefone (s): (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail(s): \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \_\_\_\_\_/SSP- \_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. \_\_\_\_/2020-PRES/DG/GABDG, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020; e o Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante na Decisão n. \_\_\_\_/2020-PRES/DG/GABDG, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

(Art. 55, I, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 01/10/2020 a 05/10/2020 (1º turno das eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2020, devendo a aeronave possuir capacidade, no mínimo, para 4 (quatro) passageiros e 150kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para execução dos itinerários descritos neste instrumento contratual.

**Subcláusula Primeira** - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços contratados, tais como: tarifas aeroportuárias, de comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil, despesas com permanência em solo, transporte, estadia e alimentação de tripulantes e outros.

**Subcláusula Terceira** - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são as seguintes:

1. **Guajará-Mirim**: Latitude: 10° 46' 58" S // Longitude: 65° 20' 22" W
2. **Santo André**: Latitude: 11° 09' 47" S // Longitude: 065° 01' 01" W
3. **Rio Negro Ocaia**: Latitude: 11° 11' 00" S // Longitude: 064° 50' 05" W
4. **Pedras Negras**: Latitude: 12° 51' 14" S // Longitude: 062° 54' 07" W

**Subcláusula Quarta** - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições

contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

### **DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA AERONAVE**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A aeronave a ser disponibilizada também deverá atender aos seguintes requisitos mínimos e disposições:

- 1.Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em vigor;
- 2.Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade emitidos pelo RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro), da aeronave que será utilizada na prestação de serviço;
- 3.Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) ou registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a IAM;
- 4.Comprovação de atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 135) - REQUISITOS OPERACIONAIS: OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E POR DEMANDA;
- 5.Licença Estação da Aeronave emitida pela ANATEL;
- 6.Capacidade autorizada para transportar 1 (um) piloto (tripulante) e, mais 4 (quatro) passageiros, que representam ao total 5 (cinco) pessoas;
- 7.Todos os equipamentos de navegação, segurança e primeiros socorros necessários conforme código da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

### **DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 1º TURNO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para o 1º Turno das Eleições de 2020, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado, os quais poderão sofrer variações, sem qualquer ônus ao Contratante, definidas pelo fiscal ou gestor do contrato e comunicados previamente à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da **pandemia da COVID-19** e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020:

#### **Primeira Logística de Transporte: Operação de Distribuição:**

<b>ROTA</b>	<b>ITINERÁRIO</b>	<b>KM</b>	<b>HORA</b>	<b>DIA E HORÁRIO DO</b>
<b>1</b>	<b>Operação de Distribuição</b>	<b>VOO</b>	<b>VOO</b>	<b>DESLOCAMENTO (ESTIMADO)</b>
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

**Subcláusula Primeira** - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 9h00min do dia 01/10/2020 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 05/10/2020 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

**Subcláusula Segunda** - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

**CLÁUSULA QUARTA** - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 1º Turno das Eleições de 2020, além da logística adotada na Cláusula Terceira, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

**Segunda Logística de Transporte: Operação de Contingência:**

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
2	Operação de Contingência (eventual)	VOO	VOO	
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

**Subcláusula Primeira** - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

**Subcláusula Segunda** - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

**CLÁUSULA QUINTA** - Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

**Terceira Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno:**

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
3	Operação de Recolhimento/Retorno	VOO	VOO	
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras / Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

**Nota:** De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, consulta atual ao site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), revelou que as luzes do referido aeródromo estão indisponíveis. Assim, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA). **Independente dessas informação, TODOS os voos foram programados para iniciar e encerrar em período diurno.**

**Subcláusula única** - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**  
(Art. 57, caput e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 8.666/93)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

**CLÁUSULA SEXTA** – O prazo de vigência deste contrato é a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o dia 30/11/2020 e o prazo de execução deste contrato é a contar do dia 01/10/2020 (quinta-feira) até o dia 05/10/2020 (segunda-feira).

**Subcláusula Primeira** - Os prazos acima mencionados admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

**Subcláusula Segunda** - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito, registrada em processo e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, com formalização via Termo Aditivo.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

**DO VALOR**

(Art. 55, III E V, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA OITAVA** - O valor estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta da CONTRATADA.

**1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2020:**

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO	VALOR MÉDIO
1	Operação de Distribuição	VOO	VOO	DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	ESTIMADO R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará-Mirim/cidade de destino.				
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	
Valor Rota 1					

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO	VALOR MÉDIO
2	Operação de Contingência	VOO	VOO	DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	
Valor Rota 2					

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO	VALOR MÉDIO
3	Operação de Recolhimento/Retorno	VOO	VOO	DESLOCAMENTO	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

				(ESTIMADO)	ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h (horário definido para pouso diurno no destino).	
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.	
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.	
<b>Valor Rota 3</b>					
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AS ROTAS 1, 2, 3. (R\$)</b>					

**Subcláusula única:** As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO n. \_\_\_\_\_ e ELEMENTO DE DESPESA n. \_\_\_\_\_, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral – Eleições 2020, Notas de Empenho n. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Pleito Eleitoral
<b>AGREGADOR</b>	Despesas de Funcionamento
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Votação em Locais de Difícil Acesso
<b>PLANO INTERNO</b>	LDA TRANSP 1

**DA GARANTIA**

(Art. 55, VI, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA NONA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

**I.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II.** Seguro-garantia;

**III.** Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

**I.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**II.** Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**III.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

**Subcláusula Terceira** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**Subcláusula Quarta** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.





**Subcláusula Quinta** – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

**Subcláusula Sexta** – A eventual prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato condiciona-se à renovação da garantia, com idêntico percentual e vigência previstos nas subcláusulas anteriores, calculada sobre o valor total dos serviços apurado em razão do período dimensionado na prorrogação.

**Subcláusula Sétima** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** **(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA**– São obrigações da CONTRATANTE:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
2. Efetuar o pagamento na forma prevista neste Contrato;
3. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados.
4. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
5. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
7. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.
8. Alterar, caso necessário, a data de execução dos serviços previstos nas cláusulas terceira, quarta e quinta, com prévio comunicado à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento, sem qualquer ônus para o Contratante. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia da COVID-19 e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** **(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do CONTRATANTE, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:
  - a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá às normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA, bem como às normas para habilitação dos Pilotos disciplinadas pela Resolução n. 377-ANAC e outros documentos acerca de Aviação Civil;
  - b) A aeronave irá operar nos Municípios do Estado de Rondônia indicados no item 2.2 do Termo de Referência, devendo a aeronave operar de acordo com as exigências requeridas;
  - c) A aeronave deverá ser disponibilizada em perfeitas condições de voo, com Tripulação, combustível, com seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas especificações definidas neste Termo;
  - d) A CONTRATADA deverá manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo Operador (CONTRATANTE);
  - e) O Juiz da 1ª Zona Eleitoral do TRE-RO autorizará a execução dos serviços, informando, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

f) Antes da utilização da aeronave, a CONTRATADA deverá proceder a vistoria técnica no equipamento, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, assim como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo.

2. Não subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de rescisão do contrato;
3. Manter-se com todos os registros da aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo;
4. Manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
7. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
8. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula Oitava, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
10. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços, junto aos órgãos competentes;
11. Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC	135.209	AUTONOMIA	PARA	VOO	VFR:
------	---------	-----------	------	-----	------

(a) ...

(b) Ninguém pode iniciar uma operação VFR em um helicóptero, a menos que, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino e, assumindo consumo normal de combustível e óleo lubrificante em cruzeiro, voar pelo menos mais 20 minutos e que:

- (1) tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;
- (2) possa voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro escala ótima, acrescido de 10% do tempo de voo programado.

12. Previamente à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, um **Plano de Gerenciamento de Segurança Operacional** referente à operação (reconhecimento da área pelos pilotos envolvidos, apoios de solo, abastecimento, manutenção da aeronavegabilidade da aeronave), áreas de pouso (segregação do público) e segurança da aeronave (security);
13. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
14. Manter os serviços deste instrumento coberto por apólice de seguro de responsabilidade civil para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado, a qual deverá ser apresentada a este Tribunal, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da assinatura do instrumento contratual.

## **DO PAGAMENTO**

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços do 1º TURNO da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, o qual será realizado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à



legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

**Subcláusula Primeira** - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

**Subcláusula Segunda** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**Subcláusula Terceira** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Quarta** - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

#### DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material do Patrimônio - COMPAP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marque, respectivamente.

**Subcláusula Primeira** – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

**Subcláusula Segunda** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

**Subcláusula Primeira** - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso na saída da aeronave, até o limite de 5 (cinco) horas, sendo considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite ora estipulado.

**Subcláusula Segunda** - Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o





SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

1. Primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;
2. Segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;
3. Terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;
4. Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

**Subcláusula Terceira** – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

1. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
2. Apresentar documentação falsa;
3. Não mantiver a proposta;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Fizer declaração falsa;
6. Cometer fraude fiscal;
7. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto; e
8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

**Subcláusula Quarta** – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Quinta** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

**Subcláusula Sexta** - O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

**Subcláusula Sétima** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Oitava** – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Nona** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

**Subcláusula Décima Primeira** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Segunda** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela Instrução Normativa nº 04/2008 do TRE-RO.

**Subcláusula Décima Terceira** - As multas previstas neste Contrato não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

**Subcláusula Décima Quarta** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Quinta** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



---

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**  
**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

- I.** Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II.** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA PUBLICAÇÃO**  
**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**  
**(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**  
**(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

_____ Pelo CONTRATANTE	_____ Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/04/2020, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0529985** e o código CRC **0914D5B9**.

0002716-74.2019.6.22.8000

0529985v3

Criado por 008335022380, versão 3 por 008335022380 em 30/04/2020 15:52:41.